

PRÁTICAS DE ENSINO NOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA: RECORTE TEMPORAL DE 1990 A 2019

Claudemir Rodrigues Soares¹
Vinicius Filipe Rodrigues Soares²
Renan Valério Eduvirgem³

RESUMO: Verificação das práticas de ensino nos estudos de Geografia a partir de um recorte temporal entre as décadas de 1990 a 2019. Justifica-se pelas imposições relacionadas ao currículo escolar e a produção de material didático sobre conteúdos geográficos. Pesquisa de cunho bibliográfico, busca descrever o contexto e as metodologias adotadas no processo de ensino-aprendizagem em Geografia. A pesquisa se organiza em três momentos distintos, em um primeiro momento é apresentada o recorte temporal correspondente a década de 1990 a 2000, marcada pelo ensino didático pedagógico, inserido no contexto da discussão entre geografia moderna e pós moderna. A década de 2000 a 2010, onde os conceitos geográficos não deveriam ser apenas informativos, mas sim promovedores do raciocínio e interpretações dos fenômenos socioespaciais. A década de 2010 a 2019, fortemente influenciada pelas novas tecnologias da informação no ensino de Geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Geografia; Currículo; Metodologia; Aula.

TEACHING PRACTICES IN GEOGRAPHY STUDIES: TEMPORAL CUTTING FROM 1990 TO 2019

ABSTRACT: Verification of teaching practices in Geography studies from a time frame between the decades of 1990 to 2019. It is justified by the impositions related to the school curriculum and the production of didactic material on geographical contents. Bibliographic research, seeks to describe the context and methodologies adopted in the teaching-learning process in Geography. The research is organized in three distinct moments, in a first moment, the time frame corresponding to the decade from 1990 to 2000 is presented, marked by didactic pedagogical teaching, inserted in the context of the discussion between modern and modern geography. The decade from 2000 to 2010, where geographic concepts should not only be informative, but promoting the reasoning and interpretations of socio-spatial phenomena. The decade from 2010 to

¹ Doutorando em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Brasil. E-mail: rodrisoaresmi@gmail.com

² Mestrando em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Brasil. E-mail: viniciuscasao12@gmail.com

³ Doutorando em Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Brasil. E-mail: georenanvalerio@gmail.com

2019, strongly influenced by new information technologies in the teaching of Geography.

KEYWORDS: Teaching; Geography; Curriculum; Methodology; Class.

PRÁCTICAS DE ENSEÑANZA EN ESTUDIOS DE GEOGRAFÍA: CORTE TEMPORAL DE 1990 A 2019

RESUMEN: Verificación de prácticas docentes en estudios de Geografía en un marco temporal entre las décadas de 1990 a 2019. Está justificado por las imposiciones relacionadas con el currículo escolar y la producción de material didáctico sobre contenidos geográficos. La investigación bibliográfica busca describir el contexto y las metodologías adoptadas en el proceso de enseñanza-aprendizaje en Geografía. La investigación se organiza en tres momentos distintos, en un primer momento se presenta el marco temporal correspondiente a la década de 1990 a 2000, marcado por la enseñanza pedagógica didáctica, insertada en el contexto de la discusión entre la geografía moderna y la moderna. La década del 2000 al 2010, donde los conceptos geográficos no solo deben ser informativos, sino también promover el razonamiento e interpretaciones de los fenómenos socioespaciales. La década de 2010 a 2019, fuertemente influenciada por las nuevas tecnologías de la información en la enseñanza de la geografía.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza; Geografía; Plan de estudios; Metodología; Clase.

161

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma pesquisa de cunho bibliográfico, sendo realizada junto ao programa de Pós-graduação. Busca-se promover a verificação das práticas de ensino nos estudos de Geografia a partir de um recorte temporal entre as décadas de 1990 a 2019. A escolha pelo recorte temporal justifica-se pelas imposições relacionadas ao currículo escolar e, a produção de material didático sobre conteúdos geográficos.

Neste sentido a pesquisa bibliográfica versa em verificar o contexto dos conceitos e das metodologias relevantes para o ensino-aprendizagem relacionados aos temas de Geografia. As informações e os objetivos propostos para concretizar o trabalho baseiam-se em procedimentos recomendados por Lihtnov (2019), que consistem na coleta de dados e análise documental junto a

autores que abordam o assunto e documentos oficiais de órgãos públicos como Ministério da Educação (MEC) e suas referidas secretarias nos âmbitos estaduais e municipais.

Conforme salienta Pontuschka *et al.*, (2007, p. 89), além do que, é essencial que os “alunos se defrontarem com as diferentes abordagens da produção científica, reconhecendo que a ciência se realiza por diferentes caminhos do ponto de vista histórico, epistemológico e metodológico”.

Ao estudar Geografia pode-se compreender o mundo ao nosso redor, e as transformações acontecidas com a antropização dos espaços produzidos pelo homem ao longo da história. No ensino de Geografia podem-se estudar diversos temas, compreender do local ao global, desde a configuração das indústrias, cidades, sociedades, o espaço geográfico em geral, do qual o homem é parte integrante (VERSENTINI, 1989). No artigo verifica-se as práticas de ensino nos estudos de Geografia a partir de um recorte temporal entre as décadas de 1990 a 2019. A pesquisa se organiza em três momentos distintos, primeiro momento apresenta o recorte temporal de 1990 a 2000, marcado pelo ensino didático pedagógico, inserido no contexto da discussão entre geografia moderna e pós moderna. A década de 2000 a 2010, onde os conceitos geográficos não deveriam ser apenas informativos, mas sim promovedores do raciocínio e interpretações dos fenômenos socioespaciais. A década de 2010 a 2019, fortemente influenciada pelas novas tecnologias da informação no ensino de Geografia. O estudo justifica-se por apresentar o ensino de Geografia ao longo do período em destaque e as transformações e os desafios a serem vencidos pelos envolvidos para a melhoria da educação e, possamos ter ensino de qualidade na atualidade.

A GEOGRAFIA DOS ANOS 1990 A 2000

Os críticos da Geografia tradicional que durante a década de 1980 comandaram as propostas de ensino tiveram contribuição para uma análise

crítica dos conteúdos geográficos. Martins (2011, p. 03) aborda que a geografia tradicional adotou método científico desenvolvido através da observação, da descrição e da classificação dos atos, restringindo-se aos aspectos visíveis e mensuráveis do estudo. Braga (2015) destaca que na década de 1990, mesmo tendo-se uma preocupação com o ensino didático pedagógico, o ensino de geografia permaneceu centrado no professor, limitando-se a repassar temas prontos relacionados a ementa de estudo da disciplina, deixando a cargo e responsabilidade das instituições de ensino superior a responsabilidade da produção de conhecimentos, por meio de pesquisas desenvolvidas pelos profissionais técnicos e pesquisadores. Conforme Braga (2015, p. 135) o uso da “matemática e da estatística e a aplicação de modelos teóricos aos quais a realidade deveria se submeter é o que de mais marcante a disciplina de Geografia aproveitou da corrente teórica denominada Nova Geografia”.

Braga (2015, p. 137) salienta que:

As correntes das Geografias Críticas Marxistas e Humanistas que, nas décadas de 80 e 90 do século passado, impulsionaram o que ficou conhecido como movimento de renovação da Geografia. Em comum, as mesmas possuem o posicionamento teórico permanentemente crítico em relação às correntes Tradicionais, consideradas obsoletas quando se pensa nas necessidades dos novos tempos.

Neste período histórico da Geografia pode-se destacar o debate entre o moderno e o pós moderno, diferentes linhas de pensamento, tendo-se aqueles que destacavam as significativas transformações da sociedade contemporânea e, a ruptura do capitalismo industrial com a questão da modernidade em sua totalidade, mas compreendendo essas transformações, sem considerar uma ruptura do capitalismo, mas como decorrência das atuais formas de organização na reprodução do capitalismo (HARVEY, 2011). Na década de 1990, tem-se considerável crescimento das pesquisas voltadas à metodologia no ensino de Geografia.

A situação real do “ensino de Geografia na década de 1990 mostra que as propostas feitas em torno do papel transformador da Geografia Crítica foram modestas e pouco expressivas” (ZANATTA, 2010, p. 303). A autora também verificou que na década de 1990 houve aumento considerável da atuação de “Geógrafos formadores de professores na pesquisa dirigida ao ensino de Geografia, com visível interesse em buscar, na Pedagogia e na Didática, aportes necessários à melhoria da formação do professor de Geografia”.

Nos anos 90, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/96. Com a aprovação da (LDB) discutiu-se com maior afinco questões relacionadas a formação de professores e profissionais de ensino. Com as discussões abertas obteve-se avanços expressivos na política de formação de professores como: tempo mínimo para formação de docente; alterou-se o eixo central de formação do educador, essa questão tornou-se polêmica pelo fato de impossibilitar duas habilitações nos planos de graduar professores (BRASIL, 1996).

164

Em consequência desses fatos reformulou-se os cursos de graduação nas instituições de ensino superior, principalmente, na formação de professores. Em consonância anuncia-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no ano de 1998, pelo Ministério da Educação (MEC), em particular a proposta de Geografia se consolida neste documento. Com a publicação e a introdução dos (PCNs) de Geografia renovam-se discussões sobre a forma de pensar, fazer e ensinar Geografia, exibida no parecer de ensinar Geografia disposta no documento, e discutido por conhecedores do tema (OLIVEIRA, 1999; PONTUSCHKA, 1999).

No entanto, alguns geógrafos perante os PCNs assumiram opiniões diferenciadas. Segundo Zanatta (2010, p. 291), os Geógrafos que apoiavam os PCNs salientavam sobre a “necessidade de uma orientação curricular nacional, seja pelo caráter democrático de indicação de conteúdos básicos que devem ser transmitidos a todos os jovens, seja pela diversidade regional de nosso país”. A

autora citada indica que tinham aqueles que não apoiavam o currículo e diziam que o currículo deveria “nascer no seio dos processos culturais no quais as pessoas vivem e, por conseguinte valorizar as culturas particulares, as diferenças, as diversidades de classes sociais e gênero, os diferentes discursos e subjetividade”.

Com a promulgação da Lei 9.394/96 nos anos 1990, fica claro e em destaque a conquista da interdisciplinaridade na literatura acadêmica e, nos debates sobre educação em nível nacional. No Art. 1º da referida Lei, a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. A (LDB), também frisa no § 1º que esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. E no que tange o § 2º que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

165

De acordo com Garcia (2012, p. 367), considerando a importância da “reforma, das novas diretrizes curriculares nacionais, propostas pelo Governo Federal, a interdisciplinaridade passa a ser, efetivamente, um conceito central e indispensável para pensar e fazer a Educação Básica neste País”.

A GEOGRAFIA DOS ANOS 2000 A 2010

No final do século XX o olhar para o ensino de geografia demonstra sinais de um ensino que promoveu reflexões, uma vez que as pesquisas retratam que os conteúdos não deveriam ser apenas informativos, mas sim promovedores do raciocínio e interpretações dos fenômenos socioespaciais (AZAMBUJA e CALLAI, 1999).

Nessa perspectiva observa-se o avanço na interação entre as temáticas ambientais e humanas, assim, incluindo a abordagem socioambiental. Até porque a geografia é constituída pela interação seres humano e natureza.

Ressalta-se que o período em análise perpassa pela transição de governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Segundo Lopes (2017, p. 209):

O estudo da Reforma da Administração do Estado brasileiro empreendida a partir do ano de 1995 nos trouxe o entendimento de que o Estado passou a atuar nas políticas educacionais por meio de parcerias e nesta nova configuração, atribuiu a responsabilização da sociedade civil (terceiro setor) na implementação da política pública. Esta forma de atuação do Estado brasileiro possibilitou acentuada atuação do setor privado nas políticas educacionais, e estas com característica de mercado, a qual caracteriza a educação como “serviço”.

Essas mudanças persistem até os dias atuais, uma vez que evidencia a recorrência e eclosão de novas empresas de produção de material de didático, incluindo materiais extras para auxiliar no ensino. Entretanto, os materiais para reforço do ensino de Geografia para o ensino fundamental e médio são escassos. Ressalta-se também, que a qualidade dos materiais didáticos apresenta variância, nem sempre chegando ao aluno o melhor material. Empresas surgem também para auxiliar no planejamento político educacional com assessoria, que pode ser benéfico, desde que sejam consonantes as práticas em sala de aula e, com as pesquisas realizadas nas universidades (LOPES, 2017).

Nessa perspectiva, deve-se haver cautela, pois como afirmado por Lopes (2017, p. 2010) “o empresariado brasileiro operacionalizou seu projeto de sociabilidade e tem atuado “junto” ao Estado nas políticas educacionais de educação”. Ressalta-se que o contexto da política neoliberal, concomitante a

proposta de descentralização das políticas de gestão e proteção social, favoreceu ao setor privado lucrativo maior abrangência via incentivos legais (ARRETCHE, 1998; DRAIBE, 2003; COSTA, 2009). A parceria entre Estado e o empresariado é fomentada até mesmo pela Organização das Nações Unidas (ONU), todavia, ressalta-se que se deve ter cautela porque a educação pode perder a configuração que ganhou com o passar das décadas, tornando-se mercadoria.

Nessa perspectiva, concordamos com a afirmação realizada por Barbieri e Azevedo (2019, p. 148):

Tendo como referência a noção da educação como um bem público e direito social conquistado historicamente, considera-se que ela não deve ser um produto a ser negociado no mercado e não deve estar circunscrita às classes privilegiadas. Nesse sentido, defende-se a necessidade de resistência política a essa agenda educacional – que favorece os interesses do mercado. A escola, como se buscou elucidar no decorrer deste trabalho, apesar de ser uma instituição fundamentalmente capitalista, é contraditória e, por esse motivo, pode ser permeada por atividades destoantes à AGEE e contra as hegemônicas.

167

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 103) denotam que na década de 1990 “o Banco Mundial requer que a educação escolar esteja articulada ao novo paradigma produtivo, para assegurar o acesso a novos códigos da modernidade capitalista”. Por tal fato, ocorreu a necessidade ascender a qualidade educacional, tornando constante a escola eficaz e avaliações para mensurar o desempenho (NICOLODI, 2013). No século XXI essas práticas tonaram-se mais frequentes, principalmente no período de 2000 a 2010. Ressalta-se que se deve haver cautela nos procedimentos e maneiras executadas, uma vez que o ensino (inclusive de geografia), sobretudo no que se tange aos princípios de educação, porque a mesma é um bem público.

Com relação ao ensino médio, em 2002 foi lançado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+), que segundo o Paulo Renato Souza, ministro da educação na época,

Quando lançamos os Parâmetros Curriculares Nacionais, pedimos a cada professor que nos enviasse contribuições e sugestões – e houve uma animadora resposta a esse apelo. Tomando tais colaborações como ponto de partida, elaboramos os documentos que agora entregamos a você, para complementar os PCN. O objetivo deste material não é fornecer receitas: é chegar mais perto da construção de um currículo que possa servir-lhe de apoio na tarefa de desenvolver competências (BRASIL, 2002, p. 2).

O Ministério da Educação (MEC) considerava o documento como apoio aos professores, com a finalidade de eclodir a reestrutura do currículo do ensino médio. Desse modo enfatizava-se que o:

Livro é dirigido ao professor, ao coordenador ou dirigente escolar do Ensino Médio e aos responsáveis pelas redes de educação básica e pela formação profissional permanente de seus professores. Pretende discutir a condução do aprendizado, nos diferentes contextos e condições de trabalho das escolas brasileiras, de forma a responder às transformações sociais e culturais do mundo contemporâneo, levando em conta as leis e diretrizes que redirecionam a educação básica. Procura estabelecer um diálogo direto com professores e demais educadores que atuam na escola, reconhecendo seu papel central e insubstituível na condução e no aperfeiçoamento desse nível. [] Esta publicação traz orientações educacionais que, sem qualquer pretensão normativa, buscam contribuir para a implementação das reformas educacionais definidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e regulamentadas por Diretrizes do Conselho Nacional de Educação (BRASIL. MEC, 2002, p. 7).

168

Alguns autores consideram que essa foi uma intervenção federal no currículo (MARTINS, 2000), tecendo sua crítica a respeito da eficiência em relação às teorias que compunham a matriz curricular (NICOLODI, 2013).

Martins (2000) denotou sobre o (PCN+) que as concepções de interdisciplinaridade, tecnologia, trabalho e sociedade, necessitavam de melhores esclarecimentos no que tange a compreensão dos jovens e maneira mais ampliada dos temas.

Na verdade, a formação do professor e pesquisas desenvolvidas tanto no ensino médio, quanto no fundamental foram consistentes, e de fato, conseguiram inserir paulatinamente a tecnologia, trabalho, sociedade em conjunto com a interdisciplinaridade.

No atual sexto ano (quinto no período em análise) o ensino de geografia aumentou a interdisciplinaridade com as outras disciplinas, por exemplo, com história no conteúdo sobre tempo histórico; biologia com as camadas da Terra; matemática com a questão da escala numérica e gráfica, e, entre outras.

A tecnologia e internet foram fundamentais para os avanços no ensino de geografia, na medida em que foi tornando-se disponível e com o lançamento do *Google Earth* em 11 de junho de 2001. No entanto, os estudos exploratórios surgiram anos depois, como observado em Cardoso (2010) e Gonçalves *et al.* (2007). Com o passar dos anos, essa prática tornou possível a facilitação da compreensão e idealização do mapa mental e seu traçado, aliado ao trabalho de campo; do uso e ocupação solo não somente na zona rural, mas também urbana, assim, permitindo ao aluno compreender melhor a temática sobre o êxodo rural e a ampliação do perímetro urbano. Salienta-se que nada década em estudo, essa maneira tecnológica de ensino, não foi possível para maioria das escolas, uma vez que a falta de computadores nas escolas foi uma grande dificuldade; que ainda persiste nos municípios mais carentes, e número insuficiente de máquinas para os alunos em práticas de ensino com *Google Earth* (BEZERRA *et al.*, 2019).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, deu-se ênfase na democratização do acesso e permanência dos alunos na escola (NICOLODI, 2013). A gestão de Lula foi de 2003-2010. No que tange a continuidade ao ensino de geografia, concepções de interdisciplinaridade, tecnologia, trabalho e sociedade, foram ampliadas e favorecidas com melhora e acesso da tecnologia. Ressalta-se que o entendimento e as discussões avançaram como observado nos trabalhos de

Veloso (2011), Castro (2009), Silva e Correa (2014), Farenzena e Cardoso (2014), mas na prática as mudanças foram mínimas.

No tocante as abordagens sobre ensino de geografia, nos parágrafos abaixo serão apresentados trabalhos realizados e os respectivos resultados, para que dessa forma sejam explanados os desfechos dos trabalhos nessa ótica, bem como apresentar os diferentes conteúdos analisados e conclusões obtidas.

Antória (2000) realizou reflexão sobre a avaliação no processo ensino/aprendizagem da geografia, por meio de seminários, grupos de estudos e professores de geografia das esferas Municipal, Estadual e Federal. A autora concluiu que as reuniões de estudo contribuem significativamente com crescimento mútuo, tanto do professor quanto dos alunos. A maior contribuição do trabalho deu-se com o resultado que as provas ficaram para segundo plano, uma vez que os alunos amadureceram com os grupos, assim, priorizando a elaboração de mapas mentais, sequenciadas das respostas não no ponto de vista do livro ou do professor, mas um misto somado a visão do aluno a respeito da realidade geográfica.

170

Travassos (2001) utilizando a fotografia como auxiliadora no ensino de geografia, com propósito dos alunos ao olharem as fotografias desbravarem as paisagens e destacar suas percepções e pontos de vistas, para além da imagem, embarcando nos aspectos cognitivos.

Com alusão a astronomia no ensino de geografia, Sobreira (2002) conseguiu esboçar os conteúdos trabalhados na educação básica e suas implicações, sendo eles orientação geográfica pelos astros, estações do ano, marés, movimentos da Terra. Por fim, o autor apresenta uma proposta do ensino de astronomia na geografia, indo para além do livro didático.

No que tange ao conceito de território, Boligian (2003, p. 126) denotadas imprecisões e incongruências conceituais:

É evidente o objetivo dos PCN de ser um elemento de atualização da prática docente e de aproximação entre a geografia acadêmica e a geografia escolar. Porém, diante de todos os problemas de ordem teórico- metodológica e conceitual apontados (como no caso do conceito de território), fica evidente que estes documentos falham na transposição didática do saber geográfico. O mesmo pode se dizer em relação aos livros didáticos analisados, nos quais se verificou, de maneira geral, uma série de imprecisões e incongruências conceituais.

Dessa forma observa-se que Boligian (Ibidem) já ressaltava que conceitos em livros didáticos poderiam não estar apresentados da melhor maneira, assim, tendo o professor de geografia que mediar o conteúdo e ajustar a realidade do aluno.

A respeito da mediação do conhecimento no ensino de geografia, Cavalcanti (2005) denotando uma contribuição de Vygotsky com respeito ao cotidiano, mediação e formação de conceitos, ensejou que há relação interdependente entre os processos de aprendizagens e o desenvolvimento do sujeito. O ensino escolar não deve ser identificado como desenvolvimento, mas a realização eficaz resulta no desenvolvimento intelectual do aluno, dessa forma, o bom ensino é aquele que adianta os processos de desenvolvimento.

Paiva e Júnior (2005) com propósito de refletir sobre as potencialidades dos conteúdos referentes à cidade, na sala de aula denotaram que, os saberes pedagógicos do professor vêm das experiências de vida. As autoras salientaram também, que o papel da geografia, na sala de aula, é tornar o conhecimento prático, utilizando o espaço vivido pelo aluno, sendo ele parte integrante do meio, bem como transformador, não simplesmente um usuário.

Os atlas são essenciais no aprendizado dos alunos, uma vez que a espacialização dos territórios e fenômenos auxilia na compreensão do conhecimento. Com a difusão e acesso à internet os atlas digitais ganham exponencialmente o público escolar. Almeida *et al.*, (2006) elaboraram uma proposta metodológica utilizando atlas digital. Mediante a proposta elaborada

ênfaticamente-se que a prática da metodologia somente surtirá efeito positivo se houver planejamento e execução corretos. Assim, tornando possível a compreensão do conteúdo pelo aluno. Diante do exposto, ressalta-se que o planejamento deve estar atrelado a todos os conteúdos geográficos.

Na perspectiva do parágrafo acima, Machado-Hess (2012) elaborou uma proposta metodológica, em que se promoveu a elaboração de uma proposta metodológica para elaboração de atlas para o ensino fundamental com ênfase no ensino de geografia.

Vlach (2007) na perspectiva do papel da geografia no ensino sobre os problemas do mundo “atual”, a autora afirma que há necessidade de serem abordados os temas de geopolítica tanto no ensino fundamental, quanto no médio. Vlach, vai mais adiante, esclarecendo que se deve ter a inter-relação entre escola e sociedade, para que dessa forma a vivência ocorra de forma prática e não somente teórica. Assim, evidencia-se que teoria e prática devem estar intimamente relacionadas para obtenção do êxito no aprendizado.

172

Camacho (2008) com o propósito de elucidar a questão agrária nas séries do ensino fundamental, é evidenciado no trabalho a luta pela reforma agrária, o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a agricultura na ótica capitalista pelo latifundiário, o camponês e o campesinato, o agronegócio, os trabalhadores assalariados e a educação rural. Esses temas foram abordados de maneira teórica pensando nos problemas e utilizando a prática para operacionalizar soluções utilizando também de oficinas. Esse trabalho tem o mérito de ir além do livro didático, que por muitas vezes aborda esse conteúdo de maneira resumida. O mérito está também na vivência não somente do professor, mas também dos alunos.

O ensino de geografia também pode ser trabalhado de maneira lúdica, assim, Verri e Endlich (2009) com o propósito do ensino não ser apenas o conhecer ou saber, mas sim incluir outras habilidades. Por tal objetivo,

concordamos que o ensino se torna mais eficiente. As autoras desenvolveram uma pesquisa com o 6º ano (em 2008) de um colégio público no município de Maringá, e identificaram que 37% dos alunos já tiveram a experiência de trabalhar com jogos em sala de aula no momento de aprendizagem. Na perspectiva empírica, utilizou-se o jogo “QUIZ”, jogo da memória e jogo de tabuleiro. Com resultado definiu-se que utilização do jogo é um modo de assimilação e fixação do conteúdo, assim, sendo essencial a parte teórica das abordagens geográficas. Ressaltou-se também que os jogos obtiveram êxito no auxílio de aprendizagem. Por tal fato, o aprendizado adquirido pelos alunos não foi momentâneo, mas é carregado por toda vida (KLIMEK, 2007).

O estudo da categoria lugar é muito importante para o ensino de geografia, podendo ser trabalhado de diversas maneiras, teórica, de campo e utilizando geotecnologias. Santos e Pereira Filho (2010) utilizaram imagens de satélites como recurso didático e saída de campo para o ensino dessa categoria da geografia e do espaço vivido. No experimento percebeu-se que a maioria dos alunos não apresentaram dificuldades de interpretação das imagens de satélites observadas pelo *Google Earth*, em diferentes escalas. Os alunos fizeram um mapa mental de pontos distintos antes e depois de analisarem as imagens. O resultado foi excelente após a análise das imagens orbitais, uma vez que a riqueza de detalhes teve aumento exponencial. Os autores realizaram uma saída de campo com os alunos para fotografar e refletir sobre os problemas socioambientais presentes no espaço vivido e lugar, levando o aluno a reflexões com senso crítico e, assim, não somente formando alunos, mas também pessoas melhores.

O parágrafo acima demonstra um dos vários exemplos presentes na literatura sobre o sucesso da utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no ensino de geografia, uma vez que Ponte (2000) já demonstrava preocupação com a formação dos professores e a capacitação

para tornar possível o ensino-aprendizagem de conteúdos utilizando tecnologias/geotecnologias.

Diante do exposto, evidencia-se que o ensino de geografia abordado entre os anos de 2000 a 2010, enfatizou não somente a teoria, mas também a prática; não somente o estímulo para formar melhores alunos, mas também melhores pessoas com senso crítico e foco em soluções. O ensino de geografia foi alavancado para fora das salas de aula, mesmo quando a tecnologia abarcou em massa no auxílio aprendizagem. Assim, finaliza-se essa seção evidenciando o progresso ascendente no processo ensino aprendizagem no âmbito do ensino de geografia.

A GEOGRAFIA DOS ANOS 2010 A 2019

Conforme apresentado a Geografia enquanto ciência passou por diversas transformações ao longo dos anos, e em consonância a tais transformações, a geografia escolar também é modificada, sobretudo como podemos constatar a forma de como se ensinar geografia.

Seguindo a cronologia do ensinar geografia, nos deparamos com a última década (2010 a 2019) que vem trazendo consigo o constante avanço das tecnologias da informação, e conforme Coutinho (2020) onde, destaca o papel essencial que é ocupada pela geografia em quanto ciência que atua na análise do espaço, e destaca a forma como a geografia vem acompanhando as constantes transformações sofridas pelo espaço geográfico, bem como o surgimento de diversos recursos tecnológicos – computadores, *tablets*, celulares – que conforme o autor promovem modificações no ensino de geografia.

Seguindo essa linha de pensamento Silva (2015, p. 29) afirma que:

O computador, o celular e o tablet, dentre outros dispositivos de informática, precisam ser ampliados para atender às demandas dos processos formativos e de ensino-aprendizagem na educação básica. Porém, o professor precisa ser preparado para lidar com

essa nova realidade da educação brasileira e a sua formação inicial no curso superior precisa contemplar o uso das TIC sob seu aspecto didático-pedagógico, para se tornar uma ferramenta importante na aplicação de metodologias que aperfeiçoem e dinamizem o aprendizado dos conteúdos geográficos.

Como apresentado pelo autor as inovações das tecnologias da informação se constituem em elementos de aperfeiçoamento e dinamização das metodologias voltadas para o ensino de geografia, sendo este o grande ponto que confere singularidade a década já citada, as tecnologias como uma ferramenta de potencial a ser empregada no ensino.

Acerca disto Penha e Melo (2016, p.117) destacam:

E vivencia o período técnico-científico-informacional, não tem como dissociar educação e novas tecnologias, seja no ambiente escolar (currículo formal) ou cotidianamente (currículo informal), visto que, cada vez mais cedo, os jovens vêm utilizando tecnologias. A internet, por exemplo, disponibiliza uma infinidade de informações e pode ser utilizada como recurso pedagógico no auxílio do ensinar-aprender.

175

O autor demonstra que na atualidade por conta do período vivenciado, é impossível a dissociação entre as novas tecnologias informacionais da educação, dado ao contato cada vez mais precoce dos alunos. Dito isto podemos ressaltar o processo evolutivo presente no ensino de geografia, dado que há vinte anos era quase que inimaginável a utilização de um aparelho como um computador nas salas de aula da educação básica.

Coutinho (2020) nos apresenta a *internet* um instrumento de uso comum extremamente difundido por todo o planeta como uma ferramenta que vem sendo utilizada em prol do ensino atualmente, e ressaltando que quanto a suas capacidades ela pode contribuir ainda mais.

Kenski (2012, p. 44) afirma que:

A maioria das tecnologias é utilizada como auxiliar no processo educativo. Não são nem objeto, nem a sua substância, nem sua

finalidade. Elas estão presentes em todos os momentos do processo pedagógico, desde o planejamento das disciplinas, a elaboração da proposta curricular até a certificação dos alunos que concluíram o curso. A presença de uma determinada tecnologia pode induzir profundas mudanças na maneira de organizar o ensino.

Como podemos observar através da fala da autora no momento atual em que se encontra a sociedade, essas tecnologias estão presentes em todos os momentos do processo de pedagógico, se constituindo hoje em algo quase que indispensável, sendo diretamente responsável por melhorias em todas as etapas do processo pedagógico.

Como apresentado a década atual vem se destacando no contexto nacional devido ao implemento de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem, porém como destacado por (BASNIAK, 2016), os incentivos quanto a utilização de tecnologias na educação, são datados de anos anteriores como o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) de 2007, a autora nos apresenta outro fato importante, destacando o pioneirismo do governo do Paraná, que segundo a mesma foi um dos primeiros estados da união a buscar recursos para a implementação de projetos voltados para o emprego de tecnologias na educação, sendo lançado o Programa Paraná Digital (PRD), já no ano de 2003.

O (PRD) tinha como diretrizes “promover a inclusão digital no estado do Paraná e a melhoria da qualidade da educação básica por meio do uso adequado das novas tecnologias da informação e da comunicação, Paraná (2010, p,11). Segundo Basniak (2016) para se alcançar esses objetivos deveriam se criar um portal educacional, a ampliação dos Núcleos de Tecnologia da Educação (NTE) e pôr fim a implementação de laboratórios de informática nas escolas públicas.

Conforme discutido a década atual vem sendo marcada por uma “educação digital,” porem ressaltado que tal fato se deve ao emprego de

projetos que buscaram incentivar e incentivam o uso de tecnologias em sala de aula, elucidando que o contexto atual está fortemente marcado por acontecimentos passados, estando portanto em constante evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apresentar um breve panorama das práticas de ensino de Geografia por meio de um recorte temporal entre os anos de 1990 a 2019.

Em cada década citada verificou-se considerável crescimento de medidas educacionais e políticas para avaliar a educação pelo setor público junto com pesquisas voltadas para melhorar as metodologias no ensino da ciência Geográfica. Nos períodos em destaque foram criadas novas leis e aperfeiçoadas as já existentes, criaram-se programas e projetos educacionais com a finalidade de melhorar a educação seja no Ensino Básico, Fundamental, Médio e Superior do país.

Avançar é preciso com pesquisas para avaliar como essa ciência está sendo desenvolvida e trabalhada nas instituições de ensino no país. Porém, neste estudo bibliográfico realizado em gabinete teoricamente não se aprofundaram as análises em torno das diferentes leis que regem a educação desde o básico ao superior no país. As leis e normas educacionais são importantes, pois abonam o direito do aluno a matricular-se e frequentar as instituições de ensino, nos mais diferentes níveis e modalidade de ensino educacional e acarreta a possibilidade ao discente a educação de qualidade, garantida na Constituição Federal.

177

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Fundação CAPES pelas bolsas de doutorado e mestrado. Agradecemos também aos avaliadores que contribuíram para a melhora do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTÓRIA L. R. E. A avaliação no processo ensino/aprendizagem da geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 26, p. 22-32, 2000.

ARRETCHE, M. T. S. **O processo de descentralização das políticas sociais no Brasil e seus determinantes**. 1998. 277 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

ALMEIDA, A. B.; SCARAMELO, J. M.; SANTOS, G. H. Atlas geográfico digital: uma proposta de aplicação no ensino fundamental. **Revista Científica da Escola de Administração do Exército**, n. 2, p. 60-68, 2006.

AZAMBUJA, L. D.; CALLAI, H. C. A Licenciatura de Geografia e a Articulação com a Educação Básica. *In*: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. (Orgs.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

BASNIAK, M. I. Políticas de tecnologias na educação: o Programa Paraná Digital. **Educar em Revista**, n. 60, p. 305-319, 2016.

BARBIERI, A. F.; AZEVEDO, M. L. N. Políticas para a educação básica a partir da década de 1990: existe uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE) no Brasil? **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 46, 2019

BEZERRA *et. al.* Análise das metodologias de ensino de geografia para discentes do ensino superior e do ensino básico: aplicação do *google earth*. **Revista CC&T/UECE do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará**, v. 1, n. 3, p. 177-185, 2019.

BOLIGIAN, L. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia**. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

BRAGA, M. C. B. O ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental: uma análise dos descompassos entre a formação docente e as orientações das políticas públicas. **Terra Livre**, v. 1, n. 28, p. 129-148, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília - DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 fev. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+ Ensino Médio:** orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, SEMTEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 17 nov. 2019.

CAMACHO, R. S. **O ensino de geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental.** 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CARDOSO, C. Desvendando a linguagem dos mapas: A cartografia como uma ferramenta para o ensino da Geografia. *In:* CAMPOS, M.; SOUZA, L. C. F. (Org.). **Oficinas de Ensino. III Semana Paulo Freire na UFRRJ:** sobre Pluralidades e educação, evento ocorrido no mês de outubro de 2008. 1 ed. Seropédica, RJ: Editora da UFRRJ, 2010. p. 1000-1008.

CASTRO, J. A. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 673-697, 2009.

CAVALCANTI, L. S. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Cadernos Cedes**, v. 25, n. 66, p. 185-207, 2005.

COSTA, N. R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 693-706, 2009.

COUTINHO, S. A. A Internet como Instrumento de Pesquisa e de Aprendizagem: uma Análise a partir do Ensino de Geografia. **Geografia (Londrina)**, v. 29, n. 1, p. 267-283, 2020.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. A política social no período de FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

FARENZENA, N.; CARDOSO, C. C. Pesquisa em Políticas Educacionais e Gestão da Educação Básica: produções discentes dos Programas de pós-graduação em educação da região Sul (2000-2010). **Jornal de políticas educacionais**, v. 8, n. 15, p. 44-58, 2014.

GARCIA, J. A interdisciplinaridade segundo os PCNs. **Revista de Educação Pública**, v. 17, n. 35, p. 363-378, 2012.

GONÇALVES *et al.* Analisando o uso de imagens do "Google Earth" e de mapas no ensino de geografia. **Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales**, n. 97, 2007.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

KLIMEK, R. L. C. Como aprender Geografia com a utilização de jogos e situações-problema. *In*: PASSINI, E. Y. (Ed.). **Prática de Ensino em Geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

LOPES, L. B. F. **As legislações e políticas para a educação infantil no Brasil e no Paraná e seus atores (1990-2016): uma análise da normatização para educação infantil paranaense (deliberação nº 02/2014 CEE/PR)**. 2017. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIHTNOV, D. D. Um Olhar sobre os Livros Escolares para o Ensino da Geografia no Rio Grande do Sul no Século XX. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 4, 2019.

MACHADO-HESS, E. S. **Uma proposta metodológica para a elaboração de atlas escolares para os anos iniciais do ensino fundamental: o exemplo do município de Sorocaba-SP**. 2012. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTINS, R. E. M. W. Um olhar sobre o ensino da geografia no ensino médio. **Anais do Colóquio "Ensino médio, história e cidadania"**, v. 1, n. 01, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/2336>. Acesso em: 05 fev. 2020.

MARTINS, A. M. Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio: avaliação de documento. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 67-87, 2000.

NICOLODI, E. **Políticas públicas de reestruturação do ensino médio: as reformas implantadas pela secretaria de estado da educação de Goiás no período 2000-**

2010. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e ensino: os Parâmetros Curriculares Nacionais em discussão. *In*: ALESSANDRI, A. F. C.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). **Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PAIVA, M. L. A.; JÚNIOR, M. M. O ensino de Geografia, a cidade e a construção da cidadania. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 6/7, n 1, p.123-140, 2005.

PARANÁ. **Paraná digital**: tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas paranaenses. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba: Secretaria da Educação e do Esporte/PR, 2010.

PENHA, J. M.; DE MELO, J. A. B. Geografia, novas tecnologias e ensino: (re) conhecendo o “lugar” de vivência por meio do uso do *google earth* e *google maps*. **Geo UERJ**, n. 28, p. 116-151, 2016.

PONTE, J. P. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios? **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 24, p. 63-90, 2000.

PONTUSCHKA, N. N. A Geografia: pesquisa e ensino. *In*: ALESSANDRI, A. F. C. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PONTUSCHKA, N. N. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, F. C.; PEREIRA FILHO, W. O uso de imagens de satélite como recurso didático para o estudo da categoria lugar. **Geo UERJ**, v. 21, n. 2, p. 1-28, 2010.

SILVA, J. R. R. **As tecnologias da informação e da comunicação no ensino de Geografia**: formação e prática docente. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2015.

SILVA, R. F.; CORREA, E. S. Novas tecnologias e educação: a evolução do processo de ensino e aprendizagem na sociedade contemporânea. **Educação & Linguagem**, n. 1, p. 23-35, 2014.

SOBREIRA, P. H. A. **Astronomia no ensino de geografia**: análise crítica nos livros didáticos de geografia. 2002. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TRAVASSOS, L. E. P. A fotografia como instrumento de auxílio no ensino da Geografia. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 1, n. 2, 2001.

VELOSO, F. A Evolução Recente e Propostas para a Melhoria da Educação no Brasil. /n: BACHA, E.; SCHWARTZMAN, S. (Ed.). **Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

VERRI, J. B.; ENDLICH, A. M. A utilização de jogos aplicados no ensino de geografia. **Revista Percurso**, v. 1, n. 1, p. 65-83, 2009.

VESENTINI, J. W. **Geografia, Natureza e Sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

VLACH, V. Papel do ensino de geografia na compreensão de problemas do mundo atual. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. 11, n. 245, 2007.

ZANATTA, B. A. As referências teóricas da Geografia escolar e sua presença na investigação sobre as práticas de ensino. **Educativa**, v. 13, n. 2, p. 285-305, 2010.